

ANEXO 4 DO CONTRATO – MECANISMO DE PAGAMENTO

Conforme previsto no Contrato de Concessão, a Contraprestação Mensal Máxima indicada pelo Concessionário em sua proposta comercial, para realizar os serviços de modernização, eficientização, operação e manutenção do parque de IP do Município de CAMPOS DOS GOYTACAZES será ajustada em conformidade com o avanço dos investimentos previstos e dos parâmetros de qualidade e continuidade fixados no Sistema de Mensuração de Desempenho (Anexo 3), além do ganho sobre Receitas Acessórias.

A presente orientação disciplina o mecanismo de remuneração e a sistemática de pagamento a serem realizados pelo Poder Concedente ao Concessionário, no âmbito do Contrato, cujo valor final decorrente da execução do objeto do Contrato de Concessão corresponde à Contraprestação Mensal Efetiva.

O pagamento da Contraprestação Mensal Efetiva em favor do Concessionário será realizado mensalmente, observadas as seguintes condições.

- a) **Contraprestação Mensal Efetiva (CM_E)**: representa, conforme fórmula seguinte, o valor efetivo a ser pago pelo Poder Concedente ao Concessionário, observando o Índice de Desempenho tratado no Sistema de Mensuração de Desempenho, descrito no Anexo xx, além dos demais índices, bônus e ganho descritos nos demais itens a seguir colocados.

$$CM_E = CM_{MÁX} \times (0,35 + 0,10 \times ID + 0,55 \times IE + BCE) - GRA$$

- b) **Contraprestação Mensal Máxima (CM_{MÁX})**: valor indicado na proposta comercial do Concessionário, a ser convertido em Contraprestação Mensal Efetiva pelo impacto dos índices, bônus e ganho indicados neste item.

- c) **Índice de Desempenho (ID)**: corresponde à nota obtida pelo Concessionário em razão da qualidade dos serviços prestados, oscilando entre 0 (zero) e 1,0 (um) e calculado de acordo com o Sistema de Mensuração de Desempenho descrito no Anexo 3.
- d) **Índice de Eficientização (IE)**: corresponde à nota do Concessionário, oscilando entre 0 (zero) e 1,0 (um), devido à economia de energia obtida na modernização do parque de IP e modula a contraprestação mensal em função do cumprimento da meta de avanço do projeto em percentual equivalente ao mínimo de 20% (vinte por cento) de pontos luminosos a serem modernizados a cada ano, de forma a atingir 100% (cem por cento) do parque modernizado no final do 5º ano, contado a partir da data de assinatura do Contrato. O Concessionário assume o compromisso de obter, em qualquer avaliação, IRC (Índice de Reprodução de Cor) médio de, ao menos, 70% e redução da carga instalada média de, ao menos, 50% nos pontos modernizados.

A redução da carga instalada promovida pela eficientização do parque luminoso deverá ser confirmada no faturamento da conta mensal de consumo de energia da rede de iluminação pública emitida pela empresa distribuidora, devendo ser aceito o cálculo do Concessionário durante o período de análise da distribuidora, realizando-se logo após a confirmação, as eventuais compensações futuras.

Os cálculos da quantidade de PIP modernizados, do IRC e da redução da carga média instalada são cumulativos, ou seja, na entrega de cada meta anual do cronograma de modernização e eficientização serão avaliadas todos os PIP modernizadas da rede, incluindo unidades do cronograma de ano anterior de forma que, na entrega do último ano, as metas serão avaliadas considerando todos os pontos luminosos constantes no cadastro de IP do MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES.

Para comprovar o cumprimento das metas anuais do cronograma de modernização e efficientização e, com isso, obter o valor da contraprestação referente ao IE, o Concessionário deverá apresentar os Termos de Aceite emitidos pelo Poder Concedente, na proporção do percentual mínimo de modernização exigido em cada ano.

Para o cálculo do IE, ao final de cada período, utiliza-se a fórmula a seguir, lembrando que a relação entre a carga instalada reduzida e a carga instalada anterior à modernização das luminárias assume o valor máximo de 50% (cinquenta por cento), uma vez que percentuais superiores serão utilizados para o cálculo do BCE.

$IE = 2 \times (CI_{REDUZIDA} / CI_{ANTERIOR}) \times (PIP_{MODERNIZADOS} / PIP_{PREVISTOS})$, onde:

$CI_{REDUZIDA}$ = Carga instalada reduzida após modernização das luminárias;

$CI_{ANTERIOR}$ = Carga instalada anterior à modernização das luminárias;

$PIP_{MODERNIZADOS}$ = Total de PIP modernizados até o momento da avaliação;

$PIP_{PREVISTOS}$ = Total de PIP previstos para modernizar até o momento da avaliação.

O IE obtido ao final do primeiro ano contado da data de assinatura do contrato será utilizado para efeito do cálculo da Contraprestação Mensal Efetiva a partir do primeiro mês do segundo ano da concessão e assim sucessivamente até o cálculo do IE a ser obtido ao final do último ano de realização das obras de modernização da rede de IP, conforme previsão contratual, quando, então, este último valor do IE permanecerá o mesmo durante o tempo restante da Concessão. Para os meses iniciais da Concessão posteriores aos três meses ajustados como período de carência e anteriores à primeira medição, será considerado IE igual a 1,0 (um).

- e) **Bônus sobre a Conta de Energia (BCE)**: o Concessionário receberá o BCE após o Poder Concedente reconhecer o cumprimento da meta de realização das obras de modernização prevista para os cinco primeiros anos, quando todos os pontos luminosos devem estar modernizados. O BCE somente será aplicado se houver redução da carga instalada superior a 50% (cinquenta por cento), visto que, se o valor do BCE for negativo, deve-se considerá-lo igual a zero e o Concessionário não será penalizada com redução da Contraprestação Mensal Efetiva. O BCE será calculado através da seguinte fórmula:

$$\text{BCE} = 0,40 \times [(CI_{\text{REDUZIDA}} / CI_{\text{ANTERIOR}}) - 0,50], \text{ onde:}$$

CI_{REDUZIDA} = Carga instalada total das luminárias modernizadas;

CI_{ANTERIOR} = Carga instalada total das luminárias antes da modernização;

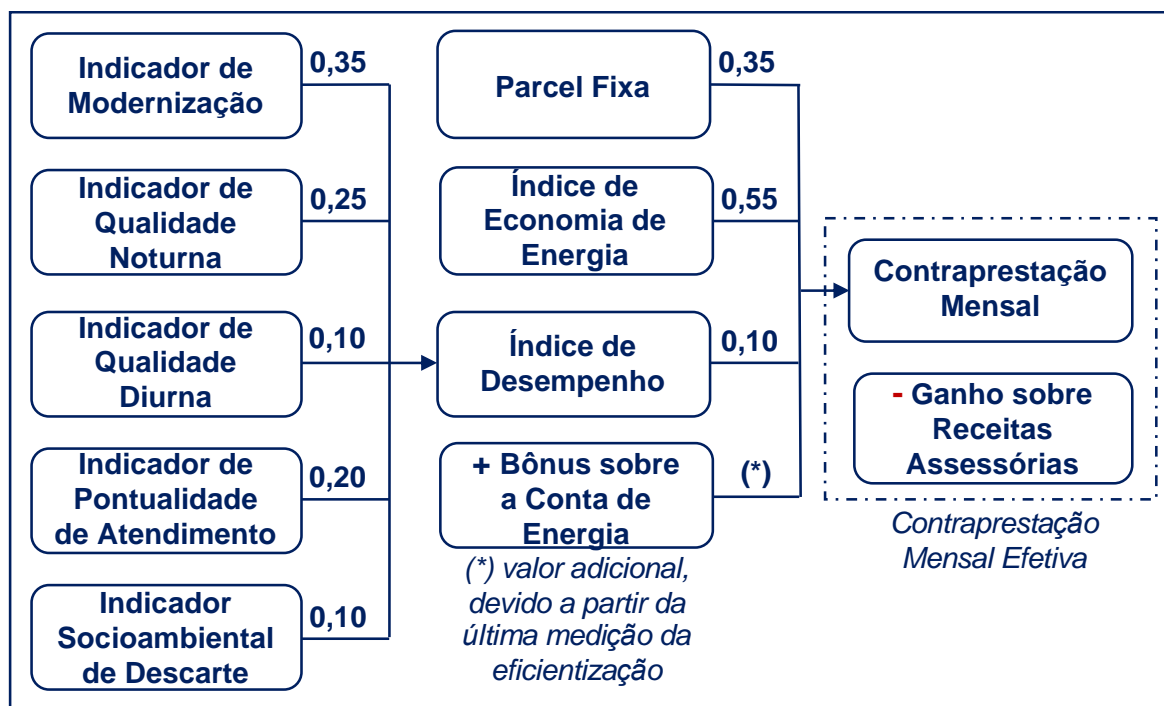
Após a consolidação do cálculo, o valor do BCE será incorporado ao pagamento mensal do Concessionário, conforme fórmula da Contraprestação Mensal Efetiva.

- f) **Ganho sobre Receitas Acessórias (GRA)**: parte da soma de todas as Receitas Acessórias obtidas pelo Concessionário na oferta de serviços urbanos integrados à iluminação pública, nos termos do Contrato, será compartilhada mensalmente com Poder Concedente, sob a forma de abatimentos no valor da Contraprestação Mensal, mitigando o risco de lucros extraordinários com a Concessão e levando em conta a dificuldade em estimar tais receitas no longo prazo de vigência do Contrato. Desta forma, o Concessionário compartilhará com o Poder Concedente 5% (cinco por cento) da receita bruta mensal obtida, independentemente do valor da Receita Acessória.

$$\text{GRA} = 5\% \times \text{Receitas Acessórias}$$

O quadro a seguir demonstra a aplicação dos índices, indicadores, bônus e ganho incidentes para definição da Contraprestação Mensal Efetiva, a ser paga pelo Poder Concedente ao Concessionário, durante o período da Concessão.

Quadro 10: Mecanismo de Remuneração e Pagamento



Elaborado pelo Proponente

g) Condições Gerais de Pagamento:

- Para receber a Contraprestação Mensal Efetiva o Concessionário deverá apresentar mensalmente ao Poder Concedente os comprovantes de recolhimento das contribuições sociais e previdenciárias (FGTS, INSS e PIS) referentes à concessão e aos empregados envolvidos na execução do objeto

do Contrato, juntamente com a fatura emitida em razão dos serviços executados no período.

- A Contraprestação Mensal Efetiva é a única remuneração do Concessionário a ser paga pelo Poder Concedente em virtude da prestação dos serviços e abrange todos os custos diretos e indiretos, além das despesas operacionais, os investimentos, modernização, depreciação, manutenção e operação da rede de IP, durante o período da concessão.
- O valor fixado para a Contraprestação Mensal Efetiva pressupõe a reversão e a amortização dos investimentos e dos bens vinculados à concessão por ocasião da extinção da concessão, em condições normais de operação e continuidade, com o atendimento a todas as condições fixadas no Contrato e seus Anexos.
- Na hipótese de eventual subcontratação das tarefas relacionadas à Concessão, os Subcontratados deverão estar cientes de que os pagamentos ordenados pelo Poder Concedente serão sempre feitos, exclusivamente, em benefício do Concessionário.
- A Contraprestação Mensal Efetiva vincenda no primeiro mês de prestação dos serviços objeto do Contrato será calculada *pro rata temporis* em relação ao tempo de serviço prestado no mês em questão.
- O pagamento da Contraprestação Mensal Efetiva ao Concessionário em cada período será efetuado por meio de transferência bancária para conta corrente por ela mantida no Brasil, processada pela Instituição Depositária em nome do Poder Concedente ou do Fundo Financeiro de Parceria Público Privadas, observando-se que, no pagamento da primeira Contraprestação Mensal Efetiva, deverão ser abatidos os valores dos materiais remanescentes dos depósitos do Poder Concedente, utilizáveis na concessão e transferidos ao Concessionário.

h) Reajuste Anual:

- Os valores monetários previstos no Contrato e Anexos, inclusive o valor máximo de Contraprestação Mensal, serão reajustados anualmente, para mais ou para

menos, por meio da aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

- O primeiro reajuste do valor máximo de contraprestação mensal refletirá a variação do IPCA entre a data da proposta comercial do Concessionário e o mês de início do pagamento. Caso não tenham decorridos 12 meses entre a data da proposta comercial e o início do pagamento, o primeiro reajuste será realizado apenas após o transcurso dos 12 meses da data da proposta comercial.
- A data do primeiro reajuste do valor máximo de Contraprestação Mensal será considerada como data-base para efeito dos reajustes anuais seguintes.
- Caso o IPCA não seja publicado até o momento do faturamento do Concessionário, deverão ser utilizados, em caráter provisório, os últimos índices publicados, sendo efetuado o ajuste devido no primeiro faturamento após a publicação do índice aplicável. Caso venha a ocorrer a extinção do IPCA, será adotado outro índice oficial que venha a substituí-lo e, na falta desse outro com função similar, conforme indicado pelo Poder Concedente.
- O Concessionário e o Poder Concedente reconhecem que as regras de reajuste aqui previstas são suficientes para cumprir as obrigações previstas no Contrato.
- O valor da Contraprestação Mensal Máxima e Efetiva será sempre arredondado para múltiplos de 01 (um) centavo de Real, observado o seguinte critério:
 - Quando a terceira casa decimal relativa aos centavos for menor do que cinco, ela será desprezada;
 - Quando a terceira casa decimal relativa aos centavos for igual ou superior a cinco, arredondar a segunda casa decimal para o valor imediatamente superior.
- O cálculo do reajuste da Contraprestação Mensal Máxima será processado automática e anualmente, sem necessidade de homologação do Poder Concedente, tendo como referência a data limite para entrega da proposta

comercial, respeitando o prazo mínimo de reajuste previsto na Lei Federal nº 10.192 de 2001.